

**COMISSÃO DE CULTURA**  
**PROJETO DE LEI Nº 5821, DE 2019**

Institui a data nacional de jejum, oração, arrependimento e perdão.

**Autor:** Deputado SILAS CÂMARA

**Relator:** Deputado MARCELO CRIVELLA

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 5821, de 2019, apresentado pelo Senhor Deputado Silas Câmara, pretende inserir, no calendário oficial, o dia nacional de jejum, oração, arrependimento e perdão pelas crianças e pelo Brasil, no dia 12 de outubro.

Segundo o autor da proposição, a data escolhida destaca a importância e a grande necessidade de educar as crianças com qualidade para atingir o maior desenvolvimento e progresso de nosso País. Acrescentando, também, que é uma oportunidade para que o Brasil reflita sobre seus valores e memórias desde a sua colonização, sem nenhum vínculo a qualquer instituição religiosa.

A proposição foi distribuída às Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II, e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental no âmbito desta Comissão de Cultura.

É o Relatório.

**I – VOTO DO RELATOR**

O Projeto de Lei sob nossa relatoria, nº 5821, de 2019, apresentado pelo nobre Deputado Silas Câmara, pretende inserir, no calendário oficial, o dia



nacional de jejum, oração, arrependimento e perdão pelas crianças e pelo Brasil, no dia 12 de outubro.

O autor da proposta justifica que, segundo dados da novaescola.org.br, hoje mais de um milhão e quinhentos mil crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola. Nessa perspectiva, as crianças de hoje serão a nação do amanhã, e no que se refere à educação é preciso salientar a importância e a grande necessidade de educa-las com qualidade para atingir o maior desenvolvimento e progresso de nosso País.

Destaca-se que a iniciativa para instituir essa data nacional está alinhada com a tradição cultural e religiosa de grande parte da população brasileira, que já observa práticas similares em suas respectivas tradições religiosas. Nesse sentido, o reconhecimento oficial do Dia Nacional de Jejum, Oração, Arrependimento e Perdão é um gesto que fortalece os laços entre o Estado e as comunidades religiosas, promovendo a liberdade de culto e a tolerância religiosa.

Além disso, convém evidenciar que a Lei Distrital nº 6602, de 2020, *que Institui e inclui, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, o Dia do Jejum, da Oração, do Arrependimento e do Perdão para a Glória de Deus*, é um importante precedente que justifica a expansão dessa iniciativa para todo o território nacional. A ampliação do reconhecimento dessa data para âmbito nacional proporcionará uma unidade de propósito e coesão espiritual entre todos os brasileiros, independentemente do estado em que residem.

Vale ressaltar que a presente proposição legislativa cumpriu os requisitos do art. 2º da Lei nº 12.345/2010 ao realizar vários encontros estaduais que manifestaram interesse e apoio na data nacional de 12 de outubro, a exemplo o 1º ciclo; 1º Congresso Nacional de Jejum, Oração e Arrependimento em 2007 – Distrito Federal; 2º Ciclo; II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, Vigília Nacional de Jejum, Oração e Arrependimento, 2008/Núcleo Bandeirante e 2009/Praça dos Três Poderes – DF; 2010, São José dos Campos - São Paulo; 2011/2012, Nova Iguaçu - Rio de Janeiro; 2013/2014, Rio Piracicaba – MG; 2015, Monte do PSUL – DF; 2016/2017/2018, Núcleo Bandeirante – DF e 2019 - 3º Ciclo 12 de Outubro Raizes/ XIII.



No que tange ao mérito, somos favoráveis à instituição de uma data nacional de Jejum, Oração, Arrependimento e Perdão no dia 12 de outubro.

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5821 de 2019.

Sala da Comissão, em                      de agosto de 2023.

**Deputado MARCELO CRIVELLA**

**Relator**

